



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 168/XII/ 3.ª SL

Aos 18 dias do mês de junho de 2014, pelas 09:15 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

PARTE I

09:15 horas

Apreciação e deliberação da proposta de carta apresentada pela Delegação do Folketinget da Dinamarca à COSAC, a ser enviada ao futuro Presidente da Comissão Europeia

PARTE II

09:45 horas

Audição Pública sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2014

PARTE I

09:15 horas

Apreciação e deliberação da proposta de carta apresentada pela Delegação do Folketinget da Dinamarca à COSAC, a ser enviada ao futuro Presidente da Comissão Europeia

O Senhor Presidente da Comissão iniciou a reunião, assinalando que a CAE tinha recebido uma carta, oriunda do Parlamento da Dinamarca e a dirigir ao futuro Presidente da Comissão Europeia, sobre a criação de um grupo de trabalho associado ao papel dos Parlamentos nacionais. De acordo com



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 168/XII/ 3.ª SL

informação prestada na mesma carta, vários Parlamentos já tinham manifestado o seu acordo.

Nesse âmbito, pretendia-se conhecer a posição dos grupos parlamentares com assento na CAE sobre o assunto em apreciação.

Intervieram os Senhores Deputados Ana Catarina Mendes (PS), João Lobo (PSD), Carlos São Martinho (PSD) e Paula Baptista (PCP). O CDS-PP tinha já tido ocasião para se pronunciar, favoravelmente.

A Senhora Deputada Ana Catarina Mendes (PS) usou da palavra para referir que o sentido da carta remetia para um reforço de maior ligação e diálogo, no cumprimento do Tratado de Lisboa, o que seria de concordar. Contudo, pedia o adiamento deste assunto para a reunião seguinte.

O Senhor Deputado João Lobo (PSD) interveio para considerar que se justificava a adesão à carta, tendo em conta os efeitos das decisões tomadas e o seu impacto nos Estados-Membros.

Reiterando a consideração do orador anterior, o Senhor Deputado Carlos São Martinho (PSD) referiu que a posição do seu grupo parlamentar era a de subscrever a mencionada carta.

Em seguida, a Senhora Deputada Paula Baptista (PCP) usou da palavra para registar que, o seu grupo parlamentar aderiria à assinatura da carta, não se opondo ao adiamento do assunto.

A final, o Senhor Presidente da Comissão referiu que seria enviado um *e-mail*, solicitando aos Coordenadores a pronúncia sobre a respetiva posição.

PARTE II

09:45 horas



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 168/XII/ 3.ª SL

Audição Pública sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2014

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), começou por dar as boas vindas ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e enquadrou a realização da reunião, no âmbito da organização anual da audição parlamentar pública sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2014, promovida pela Comissão de Assuntos Europeus relativa à *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Conselho Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Programa de Trabalho da Comissão para 2014* [COM(2013)739 final], (que devido a circunstâncias relacionadas com as recentes eleições ao Parlamento Europeu, e tendo sido efetuados diversos contactos, não tinha sido possível contar com a participação de um Comissário Europeu). Este documento tinha sido, previamente, distribuído às Comissões Parlamentares competentes que, em tempo oportuno, tinham procedido à seleção de 24 iniciativas.

A presente audição, contando com a participação do referido membro do Governo, dos Deputados à Assembleia da República e à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA)¹, pretendia promover, para além do debate sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2014², um debate aprofundado sobre a seleção das iniciativas consideradas com especial relevância política para o país, a serem objeto de escrutínio pelo Parlamento português durante o referido ano. O correspondente relatório, a enviar à Comissão Europeia, conteria o resultado da presente reunião.

Em tempo, tinham igualmente sido dirigidos convites aos Senhores Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Diretor do Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal e Chefe da Representação interino da Comissão Europeia em Portugal.

¹

- Presidente da Assembleia Legislativa da RAA, Deputada Ana Luísa Luís;
- Presidente da Comissão de Política Geral, Deputado Jorge Costa Pereira (Grupo Parlamentar do PSD);
- Relator da Comissão de Política Geral, Deputado Cláudio Lopes (Grupo Parlamentar do PSD);
- Deputado José San-Bento (Grupo Parlamentar do PS);
- Deputado Artur Lima (Grupo Parlamentar do CDS/PP);
- Deputado Paulo Mendes (Representação Parlamentar BE)

²

<http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/document/COM20130739.do>



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 168/XII/ 3.ª SL

Em seguida, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus para, de acordo com o estabelecido no [programa da audição](#), fazer uma intervenção inicial sobre o impacto para Portugal do Programa de Trabalho da Comissão Europeia, na perspetiva do Governo.

No uso da palavra, o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus introduziu considerações iniciais sobre os seguintes temas: Semestre Europeu, União Bancária, política externa e de vizinhança da União Europeia e Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento.

Sobre o Semestre Europeu salientou que o mesmo, encontrando-se numa fase crucial da sua realização, considerava que as recomendações nele inscritas iam muito para além do enquadramento das finanças públicas, da energia, dos transportes e comunicações, uma vez que era relevada a condução para um processo de convergência. A lógica subjacente ao procedimento que antecede o debate dos orçamentos nacionais radicava na promoção de uma forma de coordenação mais profunda das políticas económicas.

Em relação à União Bancária, o objetivo principal para 2014 residia no processo de supervisão, até ao final do ano. Referiu que, no tocante ao mecanismo de resolução bancária, o Governo português estava satisfeito com o resultado.

Sobre a Ucrânia, destacou a importância da assinatura do Acordo de Associação deste país com a União Europeia e, referindo-se à Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento salientou o facto de tratar-se de um acordo de nova geração, com consequências para os dois lados do Atlântico.

Os temas estruturais selecionados convergiam no sentido de uma maior coordenação das políticas públicas, assente num novo papel a desempenhar pela Presidência da Comissão Europeia.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 168/XII/ 3.ª SL

De seguida, interveio o Senhor Presidente da Comissão para lembrar que, na sua última reunião, a CAE tinha debatido o tema relativo a este tipo de acordos, no sentido em que fossem alargados, extravasando o âmbito europeu comum (acordos mistos).

No quadro do debate, interveio a Senhora Deputada Ana Catarina Mendes (PS) para se pronunciar sobre o espaço temporal em que ocorria a presente discussão e sobre os resultados, que considerava preocupantes, das eleições para o Parlamento Europeu.

O Senhor Presidente da Comissão reforçou a intervenção anteriormente feita e lembrou que o atraso se tinha devido à dificuldade de agendar a audição com o Comissário Europeu e, apesar dessa impossibilidade, a CAE tinha entendido levar a efeito, pelo menos a reunião em curso, o que até permitia já proceder a algum balanço da atividade realizada.

O Senhor Secretário de Estado, usando da palavra, pronunciou-se sobre a decisão da Comissão Europeia em matéria de reforço dos elementos de parceria, como o maior envolvimento dos parceiros sociais e o diálogo entre a Comissão e os Estados-Membros. O PTCE garantia que os programas estruturais se encaixassem nas políticas dos Estados-Membros. E assim, o montante de fundos destinados à investigação seria significativamente superior. As transformações estruturais teriam que ser encaradas no quadro da cooperação entre as empresas e as universidades.

O Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) pronunciou-se sobre o PTCE associado à ideia de representar uma agenda de crescimento. Considerava que era tempo de consolidar os resultados alcançados nos domínios da inovação e investigação; das finanças públicas; do combate ao desemprego, e ao desemprego jovem como prioritário; à recuperação económica; à defesa dos consumidores e dos trabalhadores; às normas ambientais e à proteção dos dados da vida privada dos europeus; a concretização do mercado interno e a agenda digital; ao papel de liderança da União Europeia como ator na cena internacional. Acrescentou ainda considerações sobre o QREN e, relativamente à investigação, referiu-se à necessidade de esta vertente ter que ganhar escala para melhor aceder aos fundos comunitários.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 168/XII/ 3.ª SL

Em seguida, intervieram pela ALRAA, os Senhores Deputados Ana Luisa Luís, Presidente da ALRAA, José San-Bento (Grupo Parlamentar do PS), Paulo Mendes (Representação Parlamentar BE) e Artur Lima (Grupo Parlamentar do CDS/PP); Paulo Pisco (PS); Paula Baptista (PCP); José Ribeiro e Castro (CDS-PP) e Jacinto Serrão (PS).

A Senhora Presidente da ALRAA destacou o facto de se tratar de uma região ultraperiférica; a importância da abertura ao diálogo entre as instituições europeias, os parlamentos nacionais e a sociedade em geral; direitos e valores no quadro da defesa dos jovens e o desemprego jovem; alterações climáticas, energia, ambiente, pescas e recursos marítimos como fatores importantes para o desenvolvimento dos Açores.

O Senhor Deputado José San-Bento (PS) salientou os aspetos relacionados com a questão das quotas leiteiras; o reconhecimento de região de dupla insularidade e o programa POSEIMA; competitividade da economia nacional; energia e setor vidreiro.

O Senhor Deputado Paulo Pisco (PS) pronunciou-se sobre a livre circulação de trabalhadores; e a Senhora Deputada Paula Baptista (PCP) referiu-se ao PTCE e ao seu carácter neoliberal, à União Económica e Monetária e às medidas que acentuavam o desinvestimento público, ao desemprego e desemprego jovem, aos apoios sociais, ao desmantelamento de setores cruciais para a economia portuguesa e à política comum das pescas.

Interveio, de seguida, o Senhor Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP) que se centrou na importância da elaboração de um relatório de proximidade sobre a questão das regiões ultraperiféricas; sobre a política europeia de vizinhança associada à importância da parceria especial UE-Cabo Verde.

Seguiu-se-lhe a intervenção do Senhor Deputado Jacinto Serrão (PS) para se pronunciar sobre a atenção dada pela CAE à matéria relativa às regiões ultraperiféricas, sendo que no PTCE para 2014 havia um conjunto de instrumentos que



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 168/XII/ 3.ª SL

incluíam dotações financeiras que não estavam a ser aplicadas (como a Estratégia 2020); sobre a economia azul e a valorização do potencial do mar.

O Senhor Deputado Paulo Mendes (BE) partilhava as preocupações expressas pelo Senhor Deputado José San-Bento (PS) no domínio das regiões ultraperiféricas e, pronunciando-se sobre a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento destacava a sua importância para ambas as regiões autónomas. Perguntava, também, como seria possível compatibilizar esse acordo com o Estatuto da região e as medidas compensatórias em execução, e futuras.

O Senhor Deputado Artur Lima (CDS-PP) manifestou-se sobre a questão das quotas leiteiras, em 2014; a posição geo-estratégica dos Açores, a segurança do tráfego marítimo e aéreo e a coesão territorial; a investigação e o programa POSEI.

O Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, no uso da palavra, respondeu a cada uma das questões apresentadas, tendo, a final, o Senhor Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP) procedido ao encerramento da audição, que foi integralmente gravada e se encontra disponível em: [Gravação vídeo](#).

A reunião foi encerrada às 12:15 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 junho 2014.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 168/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
António Cardoso
Carlos São Martinho
Duarte Marques
Gabriel Côrte-Real Goucha
Jacinto Serrão
João Lobo
José Ribeiro e Castro
Paula Baptista
Paula Gonçalves
Paulo Mota Pinto
Bruno Coimbra
Lídia Bulcão
Paulo Pisco

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
António Rodrigues
Carlos Costa Neves
Carlos Zorrinho
Catarina Martins
Pedro Silva Pereira
Rui Barreto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Filipe Matias
Sérgio Azevedo
Vitalino Canas